

Marrocos

Eleições: Os caminhos da democracia

Fouad Ammor

As eleições legislativas em Marrocos decorreram em perfeita normalidade, reforçando claramente a experiência democrática que já estava em curso. Apesar do resultado obtido pelo PJD, islâmico, a transição política marroquina parece estar no bom caminho.

A 27 de Setembro de 2002, o povo marroquino foi chamado a eleger os seus representantes no parlamento, composto por 325 membros, dos quais, pelo menos, 10% serão mulheres. Votaram 52% dos 14 milhões de inscritos, que podiam escolher entre 5865 candidatos (dos quais menos de 5% eram mulheres) de 1774 listas apresentadas por 26 partidos políticos, para além de outras cinco listas de candidatos sem filiação política.

Entre as principais características destas eleições legislativas destaca-se o facto de, pela primeira vez, Marrocos testar o método de escrutínio por lista, a uma só volta, através do método de Hondt. Nas eleições anteriores, o escrutínio era nominativo, também a uma volta. Bastava a um candidato obter a maioria simples para garantir o lugar. Na base desta alteração do método de escrutínio está a maior facilidade de “compra de votos” do anterior método. Também pela primeira vez, com o objectivo de garantir uma representatividade mais substancial das mulheres no Parlamento, Marrocos decidiu, a partir de um consenso entre todos os partidos políticos, reservar uma lista nacional para 30 mulheres, eleitas através de um sistema proporcional dos votos recolhidos pelos partidos, com o método de Hondt. Com esta astúcia, o Parlamento marroquino terá, pelo menos, 10% de mulheres. *Last but not least*, as eleições decorreram com uma grande transparência, com as autoridades a agirem com uma neutralidade exemplar. Um governador (da região de Azilal) foi mesmo suspenso das suas funções e “chamado” à administração central do Ministério do Interior por ter assistido a uma manifestação de um candidato; outros funcionários e agentes da autoridade foram igualmente advertidos. Desta forma, tirando algumas, raras, irregularidades, pode-se afirmar que, no seu conjunto, estas eleições legislativas decorreram num clima sereno e responsável. Esta apreciação é confirmada pelos cerca de 2000 observadores que acompanharam o acto eleitoral.

A campanha eleitoral foi, de forma geral, serena, com os candidatos a respeitarem-se mutuamente. Os temas mais presentes na campanha foram o desemprego, a pobreza, a habitação, a saúde e o desempenho do Governo. As questões internacionais não estiveram presentes nos debates políticos, e também raramente foram abordados temas identitários e linguísticos.

De acordo com os resultados das listas locais, que não incluem a lista nacional reservada a 30 mulheres, a União Socialista das Forças Populares (USFP), principal partido político da equipa governamental, composta por mais 6 formações políticas, obteve 45 lugares, contra 43 do Partido Istiqlal (PI) e 38 para a União Nacional dos Independentes - ambos igualmente parceiros na coligação governamental. A grande surpresa destas eleições foi o resultado alcançado pelo Partido da Justiça e do Desenvolvimento (PJD), formação política islamista que, com 38 lugares, triplicou os representantes em relação à anterior legislatura.

Com estes resultados, antevêm-se dois cenários possíveis quanto ao futuro da coligação governamental. O primeiro - pouco provável - será a formação de um governo da USFP com o PJD e outras formações. O Istiqlal não fará parte do governo e participará na consolidação da oposição - que, aliás, demonstrou a sua grande fraqueza. Parte das formações políticas de direita tiveram o seu início, quando não foram mesmo constituídas, pela administração de Driss Basri (antigo Ministro do Interior) - daí que sejam apelidados de partidos da administração. O que torna possível este cenário é o discurso suave dos representantes do PJD que declararam incessantemente que não são fanáticos e que toleram o jogo democrático e os constrangimentos decorrentes da abertura e da globalização.

No entanto, a grande questão que se coloca é saber em que base, e a partir de que programa, o USFP estará pronto a fazer concessões e a rever as suas escolhas fundamentais (estatuto da família, finanças pública...), quando há resistência internas e externas - sobretudo por parte do Partido Socialista - à concretização deste cenário.

O segundo cenário - mais provável - será uma coligação entre a USFP e o PI, para dar continuidade às reformas já iniciadas, não obstante o discurso pouco claro do PI em relação à prestação governamental. Por um lado, para a estabilidade e consolidação do regime e para que as vias abertas (código do trabalho, subsídios de doença, diálogo social e administração do território...) possam ser completadas e gerar frutos. Por outro,

Marrocos ainda não tirou o partido suficiente da sua experiência democrática a nível internacional. Os ecos positivos da credibilidade de Marrocos e da sua experiência democrática começam agora a fazer-se sentir. Finalmente, a linha ideológica do PJD ainda não é suficientemente clara e a sua presença no governo poderia anular os frutos da exemplaridade da experiência democrática marroquina.